



O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E AS DINÂMICAS DE BIOPODER NA POLÍTICA PÚBLICA

Georgia Janine Oliveira Rosado Alves¹
Antonia Mariana Bezerra Silva²

RESUMO

O envelhecimento é um processo natural e acontece desde o nascimento até o momento da morte, mas é um assunto tratado com discriminação e preconceito. Discutir sobre o envelhecer saudável e com qualidade de vida se torna um assunto cada vez mais relevante, diante do crescimento da população idosa e da necessidade de atender através de políticas públicas, um perfil cada vez mais envelhecido da população brasileira. Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, ao compreender o fenômeno do envelhecimento e a categoria da pessoa idosa, elencando os elementos de biopoder que percorre o envelhecer e, ao identificar como esses elementos se transformam em biopolítica na implementação dessa política pública. A pesquisa foi realizada através de um levantamento de dados demográficos atualizados do IBGE, analisados através de uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de envelhecimento, políticas públicas do Brasil e a categoria de biopoder de Foucault. Os resultados apontam para a necessidade de implementar políticas complexas, voltadas não apenas para a manutenção da vida a todo custo, mas que observem as nuances psicossociais dos sujeitos cidadãos, os fatores econômicos dessa parcela da população, que se encontra em fragilidade nos jogos de poder.

Palavras-chave: Envelhecimento, Biopoder, Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

Partindo da importância de se atentar aos estudos sobre o fenômeno do envelhecimento como uma questão sociocultural, o trabalho traz dados que mostram como a população está cada vez mais imersa no tempo e no processo de envelhecer, até 2025, segundo o IBGE, o Brasil ocupará o sexto lugar no mundo em percentual de população idosa. Justificando a necessidade de dar visibilidade a essa categoria da

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, psiageorgiarosado@gmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, marianabezerrapsi@gmail.com.



população, pois, ainda assim, há carência do desenvolvimento de políticas públicas eficazes e legítimas para essas pessoas.

A partir da relevância de ater-se ao investimento em políticas públicas que atendam a essa parcela da população de maneira eficaz, a pesquisa bibliográfica foi realizada com o intuito de problematizar, analisar e buscar reflexões dos caminhos tomados até aqui.

Delimitando como estratégias de trabalho, compreender o fenômeno do envelhecimento e a pessoa idosa, costurando com o conceito de biopoder, buscando possibilidades de legitimar a vivência do envelhecimento na atualidade, elencando a transformação desses sujeitos em problema social, colocando em prova as políticas públicas e as fragilidades apresentadas pelas biopolíticas do envelhecimento existentes no âmbito brasileiro.

Para isso, analisar os enlaces do envelhecimento enquanto fenômeno social e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa se faz relevante e emergente ao visualizarmos os dados encontrados durante pesquisa bibliográfica: aumento populacional, mudança nas dinâmicas familiares, uso de contraceptivos etc.

Assim, visa-se problematizar a construção que a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e como se dá a produção de seus atravessamentos, como a PNSPI age sobre os corpos, seu poder e disciplina de como a vida nessa etapa deve ser conduzida. Apesar das conquistas até aqui, a problematização das linhas e saberes que compõem a PNSPI permite visualizar alguns jogos de poder, como o modo em que as verdades são produzidas a respeito dessa população e como são exercidas biopolíticas por meio da PNSPI.

2. METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos da pesquisa seguem uma abordagem qualitativa que, segundo Godoy (1995), parte do princípio de que um fenômeno pode ser mais bem compreendido quando considerado a partir do contexto em que ocorre, a partir das percepções que as pessoas têm sobre o objeto de estudo. O artigo trata-se de uma análise exploratória, realizada através de pesquisa bibliográfica e documental.

Segundo Fonseca (2002) a pesquisa bibliográfica é realizada a partir do levantamento de referenciais teóricos publicados por meio de escritos e eletrônicos e que



permitem ao pesquisador conhecer um pouco do que já foi pesquisado sobre o assunto. Com esses caminhos, se buscou discutir a problemática em questão através de uma intersecção de saberes e analisar a partir destes, as reflexões que podem ser feitas na atualidade.

Para isso, utilizamos de bancos de dados, coletamos dados demográficos, bases teóricas em torno do envelhecimento, utilizando de autores como Minayo, que discutem sobre esses processos, Michel Foucault e a teoria do biopoder/biopolítica, dentre outros que puderam agregar com a discussão de políticas públicas, como Diniz, Souza, Lotta.

Nas buscas pela pesquisa em base de dados eletrônicos como Google Acadêmico, Scielo, O Portal de Periódicos da Capes e Redalyc, foram utilizadas palavras chaves como: envelhecimento; biopoder; biopolíticas; políticas públicas; políticas públicas da pessoa idosa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. A pessoa idosa e o envelhecimento

O envelhecimento da população é um fenômeno sociocultural, que ocorre em decorrência do aumento da expectativa de vida populacional em determinado território. No Brasil, dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam que a população, apesar de ser majoritariamente jovem, encontra-se cada vez mais em meio ao processo de envelhecimento.

Entre 2012 e 2021, o número de pessoas abaixo de 30 anos de idade no país caiu 5,4% enquanto houve um aumento em todos os grupos acima dessa faixa etária no mesmo período. Nesse sentido, observa-se que em 10 anos a parcela de pessoas com 60 anos ou mais passou de 11,3% para 14,7% da população. Esses dados podem ser aprendidos a partir da pirâmide etária disponibilizada pelo censo do IBGE (IBGE, 2022).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

Nessa categoria, também se avalia a razão de dependência dos idosos, já que é nessa faixa etária que surgem os principais problemas relacionados à saúde, a socialização, a fragilidade física e os demais atravessamentos do envelhecimento do corpo.

Assim, é preciso identificar a diferença entre o que é o envelhecimento, que é definido como um processo que acompanha o organismo desde o nascimento até a morte, da velhice; que é um momento específico, marcado nesse processo pela redução e pelas modificações do funcionamento de diversas funções corpóreas, mas que nem sempre significam o aparecimento de doenças e de um corpo adoecido.

Em Mucida (2004), define-se que a senilidade se refere às patologias que se apresentam no processo do envelhecimento humano, quando há modificações precisas que se agudizam a partir de determinada idade, variável para cada organismo e que podem se expressar sobre diferentes maneiras nas funções respiratórias, pulmonares, circulatórias etc.

Dessa maneira, compreender as particularidades do processo de envelhecimento vai muito além de acompanhar o aparecimento de limitações e adoecimentos no físico, mas integrar as variadas mudanças que o corpo pode vir a sofrer à elementos psicossociais que



podem vir a contribuir para uma velhice mais saudável: alimentação, exercícios, cuidado com a reposição de vitaminas, hábitos de vida, socialização etc (Hervy, 2001).

A manifestação do envelhecimento acontece de formas diferentes no contexto sociocultural de países da América Latina e países mais desenvolvidos socioeconomicamente. Em geral, a situação política, social e econômica que se encontram os direitos e suporte oferecidos à população influenciam a qualidade dos serviços prestados pelo Estado (Bulla, L. C., & Tsuruzono, E. R. da S., 2011).

Dessa maneira, prevê-se que em 2025 o Brasil ocupará o sexto lugar no mundo em percentual de população idosa, com uma população composta de aproximadamente 30 milhões de pessoas com mais de 60 anos, o que seria equivalente a 15% da população do país (Bulla, L. C., & Tsuruzono, E. R. da S., 2011).

A Política Nacional do Idoso - Lei 8842/94 (BRASIL, 1994) e o Estatuto do Idoso - Lei 10.741/2003 (BRASIL, 2003) trouxeram importantes avanços no atendimento às necessidades dos idosos, mas muitos desses direitos, embora previstos pela legislação, ainda não são garantidos no cotidiano dos idosos, quando observado a prática.

“O assunto da velhice foi ‘estatizado’ e ‘medicalizado’, transformando-se ora em problema político, ora em ‘problema de saúde’, seja para ser regulado por normas, seja para ser pensado de forma preventiva, seja para ser assumido nos seus aspectos de disfunções e distúrbios que, se todos padecem, são muito mais acentuados com a idade.” (Minayo, M. C. D. S; Coimbra Jr, C. E., 2002)

É possível identificar que o estatuto do envelhecimento vem tomando novos contornos de acordo com as mudanças políticas e culturais da população, mas ainda com um viés reducionista em torno das reais necessidades trazidas pelo processo do envelhecer.

3.2. Entre fazer viver e deixar morrer: interfaces do biopoder e envelhecimento

A maior visibilidade do fenômeno da velhice não se deu apenas pelos dados demográficos divulgados, mas também pela experiência de convivência com maior número de idosos, tanto nos espaços privados como nos espaços públicos, percebendo a urgência de políticas sociais e de cuidado para com essas pessoas.



A manipulação de categorias etárias pode ser observada enquanto fenômeno, quando exige-se um investimento político de definição de poderes para cada ciclo da vida, no estabelecimento de direitos, deveres e privilégios (Bourdieu, 1983).

Para analisar e discutir sobre a vivência da pessoa idosa na atualidade e a transformação desse sujeito em problema social, partimos do conceito de biopoder de Foucault (1988), em que há uma dinâmica e poder que não é mais exercido de um soberano para seus súditos, mas de um poder enquanto estrutura social. O direito de vida e morte, a existência, em questão já não é aquela — jurídica — da soberania, é outra — biológica — de uma população, o poder se situa ao nível de vida, dos fenômenos da vida social (Foucault, 1988).

Como Foucault apresenta em *A História da Sexualidade I, a Vontade de Saber*: “Pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte.” (1988, pg. 130). Nesse sentido, o poder do soberano que era simbolizado pelo poder sob a morte, agora é disposta pela gestão calculista da vida e administração dos corpos.

Visto isso, entrelaçando com o fenômeno do envelhecimento, um corpo que é atravessado pela dinâmica de ser vivo e como suporte dos sistemas biológicos: a reprodução, a natalidade e a mortalidade, o nível de saúde, a longevidade e duração da vida, são processos assumidos diante de uma série de controles reguladores: uma biopolítica da população (Foucault, 1988).

Na atualidade, o velho já não é mais visto como aquele detentor de um saber, de transmissão de ancestralidade e saberes coletivos, com seus valores sociais e simbólicos positivos. Ao contrário, a velhice na modernidade é aquela que nos revela nossa própria finitude, associada ao declínio, a morte, tratado como enfermidade, um lugar de onde devemos fugir.

Sendo assim, a morte deve ser exorcizada do meio social, já que tem consequências críticas na população que é vista mais próxima dela. Nesse contexto, segundo Matos et. al. (2014), onde a mortalidade se torna o outro do poder, envelhecer e morrer representam o fracasso de uma cultura em que o novo, o belo, a produtividade, e a atividade são seus maiores expoentes.



Mostra-se, então, a decadência mais marcante da velhice na contemporaneidade: a ligação com a morte e o declínio biológico, agora associando a velhice com o patológico. Quanto mais próxima estiver da morte, menos valiosa é a vida, a pessoa idosa é impossibilitada de participar de forma ativa na vida social e é lançado em um lugar de preconceitos, no qual é oferecida como saída: a imitação do jovem ou o isolamento. Esse ofuscamento das subjetividades na era do biopoder leva em conta a hierarquização biológica dos seres. Ter saúde seria seguir normas. O envelhecimento, o velho, torna-se algo a ser contornado, consertado, retraído: o velho precisa agir contra a velhice, ser tratado.

Elias (2001), em seu texto *A Solidão dos Moribundos – sobre Envelhecer e Morrer*, contribui com muitas reflexões acerca do assunto, trazendo como essa associação da pessoa idosa com a morte, com a finitude, a improdutividade, faz com que essas pessoas experimentem sintomas de morte ainda em vida, inclusive a corrida contra a velhice, a busca de parecer mais jovem, se envelhecer é ser desvalorizado, é cabível não querer parecer velho para não ser desvalorizado socialmente (2001, apud Agra Do Ó, 2008).

Visto isso, o autor sustenta que há um mal-estar presente no sujeito idoso devido a esse progressivo ofuscamento de seus sentidos de existência e dessa ânsia por permanecer jovem da cultura moderna. Elias (2001) relaciona como a velhice, associada com a morte, foi colocada em um campo privado. Cabe à pessoa idosa a culpa pela própria decadência, a crise na identidade e no convívio social acaba gerando isolamento e solidão no processo de envelhecer, revelando o que é se sentir excluído do meio ainda vivo. (apud Matos et al. 2014)

Para se pensar como o biopoder recai sobre o rearranjo do envelhecimento no imaginário cultural da população é preciso trazer o conceito de biopolítica, que é complementar a esse poder disciplinar e que é onde se configura o poder sobre a vida.

3.3. As implicações de uma biopolítica: A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa - PNSPI



Partindo dessa era do biopoder, em que há a obsessão pela grande potência de vida e uma gestão calculista dos corpos sociais, aqueles que saem das normas representam uma ameaça aos demais, ganhando força o discurso de fazer viver e deixar morrer.

Dessa forma, Foucault (1999) também traz o conceito de biopolítica, referindo-se às mudanças da dinâmica de poder, a fim de governar não apenas as pessoas em suas particularidades, mas a população como um todo. Através de biopoderes locais, a biopolítica detém da gestão da saúde, higiene, educação, alimentação, sexualidade e natalidade na medida em que se configuraram capital político (Foucault, 1999).

Dessa forma, a biopolítica, por meio da governamentalidade, se interessa em agrupar e modificar os efeitos de massa, próprios da população, em assegurar uma disciplina e uma regulamentação da vida e dos processos biológicos. Os modos de promover saúde se movem produzindo formas diferentes de habitar a velhice.

Enquanto política pública de saúde, a PNSPI, assim como o SUS, preza a promoção, prevenção e a recuperação em saúde. A promoção faz referência ao direito a condições de vida digna, atividade física, educação, paz, lazer, alimentação, cultura, arte, ambiente saudável, boas condições de moradia, entre outros, já a recuperação em saúde é propiciada por meio da formação de equipe qualificada para diagnóstico precoce, tratamento e limitações da lesão (PAIM, 2009).

Podemos pensar a PNSPI como um dispositivo biopolítico, que prevê e disciplina como a saúde dos idosos será tratada, como a vida da pessoa idosa será organizada. As ações de saúde da política não se limitam somente aos contornos das doenças, do patológico, mas incidem para as inúmeras instâncias da vida dos sujeitos, sobre os modos de viver e, nesse caso, sobre os modos de envelhecer. (Duarte & Moreira, 2016). Ao autorizar uma prática em saúde, também se promove um jeito de ser idoso, uma biopolítica.

A PNSPI, enquanto um dispositivo de biopoder que se sustenta no esvaziamento da subjetividade, coloca em questão o envelhecimento como um problema populacional, mas ainda volta os cuidados para o estigma de idoso fragilizado, se esforça para construir uma “modelagem que se produz do interior a partir de um processo de normalização e adaptação cuja finalidade é criar uma homogeneização dos modos de existência” (Nardi & Silva, 2009, pg. 147).



Nesse contexto de políticas públicas, podemos dizer que existe um descompasso entre Estado-sociedade, há uma crise de governabilidade ao lado da ineficácia do poder público na gestão dos problemas mais urgentes, como o desequilíbrio econômico, a desigualdade, a deterioração social e os altos índices de exclusão e violência.

Como consequência disso e os efeitos da expansão da democratização, há uma lotação de demandas, saturação da agenda, excesso de pressões desencadeadas pelo aumento acelerado da participação (Diniz, 2015). Se houve, de fato, uma expansão democrática, onde estão as vozes das pessoas idosas? Como a dinâmica de um biopoder que coloca essas pessoas em certa categoria social, permitirá a reflexão de políticas que abarque a complexidade dessas pessoas?

Ainda sobre políticas públicas, Souza (2006) cita:

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo” Pg. 23

Dessa forma, as políticas não são fixas e absolutas, mas dinâmicas de acordo com as transformações da sociedade, por isso, é necessário estar sempre em diálogo e levantar questionamentos sobre um poder já estabelecido. O diálogo entre acadêmicos, atores políticos, atores sociais, governo, e principalmente os atendidos por uma política, evidencia a tentativa de compreensão e transformação social advindas desses lugares e dispositivos.

É importante descobrir quais seriam os elementos que delimitarão um novo sentido do envelhecimento e que interesses tem essa destinação, já que quem comumente o formula publicamente, ocupa posição privilegiada para fazê-lo e para representar os interesses dos outros (Mills, 1974).

Falar sobre políticas públicas, principalmente políticas que assegurem o direito a saúde da pessoa idosa, versa sobre a necessidade de incluir autonomamente os sujeitos que dela irão dispor. Sem que o idoso seja visto pela perspectiva de sua autonomia, as políticas não conseguirão atingir sua efetividade:

“Como dissemos anteriormente, uma das maneiras de se compreender como vínculos são estabelecidos e a política implementada é observar a maneira como burocratas de rua se relacionam com usuários, não



apenas em termos de estrutura relacional, mas especialmente a partir das dinâmicas de relação” (Lotta, 2018, p.156).

Portanto, pensar a velhice como questão pública não é o mesmo que a estigmatizar o envelhecimento como problema social. Compreender a complexidade do fenômeno enquanto demanda a ser considerada na implementação de políticas públicas é crucial no amadurecimento de políticas mais democráticas e menos excludentes no Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade em que o corpo é visto como máquina, na era do acelerar, da superprodução, em uma sociedade em que o velho é sempre o outro, o único olhar que recai para a velhice é de um obstáculo a ser ultrapassado.

Se fez pertinente colocar em evidência a discussão em torno do processo de envelhecimento da população, os jogos de poder em torno dessa vivência e como são desenvolvidos os cuidados a partir de um dispositivo de biopolítica. Negar ou negligenciar as discussões em torno do envelhecimento enquanto fenômeno da vida, é negar a nossa própria finitude, negar o nosso próprio cuidado. É essa discriminação internalizada que freqüentemente leva os idosos a uma atitude de negação, buscando parecerem mais jovens para serem aceitos e acolhidos, obscurecendo suas características, seus atributos e sua identidade (Lins de Barros, 2000)

A partir da análise da PNSPI, podemos afirmar que a política “lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (Foucault, 1999, p. 292-293).

A política pública, apesar da diretriz de integralidade do cuidado em saúde, na tentativa de ampliar olhares para as singularidades da pessoa idosa, ainda se limita a dar foco às questões da fragilidade e da capacidade funcional do idoso.

Pode-se afirmar que “O envelhecimento populacional desafia a habilidade de produzir políticas de saúde que respondam às necessidades das pessoas idosas” (BRASIL, 2006b, texto digital), visto que as diferentes formas de ser idoso habitam a velhice.



O presente trabalho traz à tona a importância de (re)construir o lugar cultural, social e simbólico da velhice, atribuindo significados de inclusão e significação da pessoa idosa, no esforço de reconhecer enquanto um sujeito que ainda não está finalizado, que está em constante processo de transformação de sua vida e subjetividade.

5. REFERÊNCIAS

AGRA DO Ó, Alarcon. **Norbert Elias e uma narrativa acerca do envelhecimento e da morte.** História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online]. 2008, v. 15, n. 2 [Acessado 15 Agosto 2023], pp. 389-400. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000200009>>.

BRASIL. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. 2006.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia.** São Paulo: Marco Zero, 1983.

BULLA, L. C., & TSURUZONO, E. R. da S. (2011). ENVELHECIMENTO, FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS. *Revista De Políticas Públicas*, 14(1). Recuperado de <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/358>.

CANGUILHEM, G. (2002). **O normal e o patológico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária.

DINIZ, E. (2015). Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. *Revista Do Serviço Público*, 47(2), 05 - 22. <https://doi.org/10.21874/rsp.v47i2.693>

DUARTE, Carine Aparecida Bernhard; Moreira Lisandra Espíndula. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa: Integralidade e fragilidade em biopolíticas do envelhecimento.** Estud. interdiscipl. envelhec. Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 149-170, 2016.

FONSECA, J. J. S. da. **Apostila de metodologia da pesquisa científica.** Universidade Estadual do Ceará. 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____, M. (1999). Em defesa da sociedade: **Curso no Collège de France (1975-1976).** Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.

GODOY, AS. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de empresas.* 1995. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29



HERVY, Marie-Pierre. **O discurso médico: envelhecimento e velhice.** In: MUCIDA, Ângela. *O sujeito não envelhece: psicanálise e velhice.* Belo Horizonte, 2006. Capítulo X, p. 24.

IBGE. 2022. **População cresce, mais o número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021.** Acesso em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20pessoas%20abaixo,50%2C1%25%20em%202021.>

IBGE. 2022. **Pirâmide Etária.** Educa Mais. Acesso em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>

LINS DE BARROS, M. M. (Org.) **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MILLS, W. **A Imaginação Sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

MINAYO, M. C. D. S., & COIMBRA JR, C. E. (2002). **Antropologia, saúde e envelhecimento.** Editora Fiocruz.

NARDI, Henrique Caetano; SILVA, Rosane Neves da. Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos. In: GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; HUNING, Simone Maria (Org.). **Foucault e a psicologia.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 143-158.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é o SUS.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. 148 p.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologia*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA MATOS, Robson Kleber; Fontes Vieira, Luciana Leila. Fazer Viver e Deixar Morrer: a Velhice na Era do Biopoder. **Psicologia Ciência e Profissão**, vol. 34, núm. 1, enero-marzo, 2014, pp. 196-213. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, Brasil